

Presidente

Secretário

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2012, NO SALÃO NOBRE DO MUNICÍPIO
DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes, e os senhores Vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Não se verificaram ausências.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta e cinco minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

Usou da palavra o senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** para, em primeiro lugar, solicitar uma planta de localização do espaço onde está a ser construído o “Continente” cuja requerente é a empresa SONAERP – RETAIL PROPERTIES, S.A., a fim de poder verificar se as alterações que estão a ser promovidas irão ou não prejudicar as acessibilidades à futura CEL, nomeadamente

Presidente

Secretário

no que diz respeito a alterações substantivas ao “corredor” programado, de tal forma que obriguem a mudanças e eventuais destruições de habitações já existentes.

De seguida, solicitou esclarecimentos relativamente às placas informativas que foram colocadas nos fontanários públicos de água, avisando que as águas não são controladas, pretendendo, por isso, saber o que se passa, ao mesmo tempo que questionou a Câmara no sentido de saber se a colocação das referidas placas traduzem uma alteração dos procedimentos habituais nas análises que se costumam fazer.

O senhor **Presidente da Câmara** explicou e demonstrou ao senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, através da apresentação da planta de localização, que o corredor da CEL é mantido e que as obras de construção do “Continente” não só não prejudicam a variante como, ainda, vão contribuir para a implementação da rotunda de interseção da CEL com a estrada das Amoreiras, com vantagem de cedências de terreno quer para a CEL, como para a construção da rotunda do Barranco.

Tomou a palavra o senhor **Vereador Manuel José Carmo Coutinho**, para responder à segunda questão colocada pelo senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, referente à colocação das placas nos fontanários públicos, afirmando que esta iniciativa visa apenas dar cumprimento ao Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto e que isso não significa que a água desses fontanários seja imprópria para consumo, mas também não garante que cumpra todos os parâmetros microbiológicos.

De seguida, o senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** convidou todos os presentes para a inauguração da exposição, que irá decorrer no Museu de Lamego, no próximo dia 17 de maio, pelas 21h.30, com a colaboração do Museu da Presidência da República, Manufatura de Tapeçarias de Portalegre e outros museus da região do Douro e Trás-os-Montes, no âmbito das comemorações do Dia Internacional dos Museus.

O senhor **Presidente da Câmara** congratulou-se com a realização deste evento e desejou que esta exposição seja um sucesso.

Nesta fase, o senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** ausentou-se da reunião, por motivos de representação da Câmara Municipal na abertura das

Presidente

Secretário

Jornadas de Turismo realizadas pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego.

Usou da palavra, de novo, o senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** para referir que na última reunião da Câmara Municipal tinha chamado a atenção para o que estava a acontecer no processo das reformas sobre a organização e gestão dos Museus, informando que, tanto quanto sabe, já foi promulgada a Lei Orgânica da Direção Geral do Património Cultural e das Direções Regionais de Cultura, que irão provocar uma alteração profunda na gestão dos museus e respetivas tutelas.

Afirmou que os decisores não se basearam em dados concretos nem usaram critérios adequados para fundamentarem tais alterações, e está muito preocupado com a possível desclassificação do Museu de Lamego, que passará a depender da Delegação Regional de Cultura do Norte, mas agora desprovido de qualquer autonomia orçamental e, sobretudo, sem poder definir os objetivos da unidade orgânica, pelo menos nos termos da lei, como acontecia até ao momento, havendo inclusive a possibilidade de que alguns museus deixarão de ter diretores e direção o que, evidentemente é contrário à Lei-quadro dos Museus, aprovada por unanimidade, na Assembleia da República.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que na reunião da Câmara Municipal realizada no dia 2 de maio de 2012, no período antes da ordem do dia, já manifestou a sua opinião sobre este assunto, o que aqui reitera.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Vereador Manuel José Carmo Coutinho** informou o executivo que esteve presente, em representação do senhor Presidente da Câmara, no Salão Paroquial de Almacave, no dia 4 de maio de 2012, onde decorreu a sessão solene do lançamento de uma coletânea de textos da obra do Padre António Oliveira, autoria de Ernesto Candeias Martins e editado pela Caritas Portuguesa.

A vida e a obra deste ilustre lamecense, considerado o pai da proteção e reeducação de menores em Portugal, merece inequivocamente uma divulgação mais ampla junto da nossa comunidade. Em 2002 a Câmara Municipal de Lamego perpetuou a sua memória atribuindo-lhe o nome de rua da cidade. Contudo, gostaria de deixar em ata uma proposta para o futuro, de exaltação desta insigne

Presidente

Secretário

figura aquando dos 90 anos da sua morte, em 2013, colocando uma placa alusiva na rua com o seu nome que honre a sua grandiosa memória e enalteça os valores que perfilhou e defendeu, inscritos na sua pedra tumular: “Deus, Pátria e Trabalho”.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD. 20)

A senhora **Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte** informou que no dia 21 de abril de 2012, apesar do tempo não ajudar, dezenas de participantes encheram-se de coragem para participar na Caminhada Viva+. Esta atividade procurou sensibilizar os cidadãos para a importância da atividade física na prevenção da diabetes, onde foram efetuados rastreios antes e após a caminhada. Um dos pontos altos foi a homenagem ao atleta lamecense Vasco Azevedo, Campeão Nacional da Maratona, com a oferta de dois fatos-de-treino pela Farmácia Santos Monteiro.

Informou, ainda, que o Centro Europe Direct de Lamego comemorou o Dia da Europa através da realização de um Peddy-Paper, tendo por tema o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações, em que todas as escolas da cidade foram convidadas a participar.

O Peddy-Paper teve como destinatários os alunos do 2º/3º Ciclos das escolas do concelho de Lamego e pretendia-se que os jovens refletissem sobre o processo de construção Europeia e as temáticas mais pertinentes da União Europeia, o que foi amplamente conseguido pelo dinamismo e entusiasmo que os alunos evidenciaram ao longo da prova.

Estas comemorações culminaram com a entrega dos prémios e dos certificados de participação à equipa vencedora (8ºD da Esc. Básica e Sec. Da Sé) pelos alunos da Universidade Sénior de Lamego que também refletiram sobre os temas do Peddy Paper e numa demonstração como é possível duas gerações conviverem entre si.

Informou ainda que, confirmando-se as expectativas, continua a contar com grande adesão dos lamecenses a VII edição dos Jogos Desportivos de Lamego e no dia 21 de abril de 2012, cerca de 50 Nadadores tentaram a melhor classificação possível na prova de Natação, em representação de coletividades como o Triathlon Lamego Clube, o Centro Cultural e Recreativo de Ferreirim, a associação Portas Prá Vida e a Escola de Natação das Piscinas Municipais de Lamego. Numa tarde muito animada, o desempenho foi excelente e ficou mais uma vez comprovado o gosto crescente dos Lamecenses pela modalidade Natação. Também no dia 25 de abril

Presidente

Secretário

de 2012, e integrado na prova Lamego-Avões, vários participantes representaram as suas coletividades na Prova de Atletismo (prova de resistência) que pontuará juntamente com as provas técnicas a realizar no dia 2 de junho de 2012, destes jogos desportivos para a classificação final da modalidade. A grande final do torneio de Boccia, realizou-se no dia 9 de maio de 2012, no Pavilhão Desportivo Álvaro Magalhães, num ambiente de festa e convívio em que centenas de participantes de várias instituições, IPSS e juntas de freguesia do concelho de Lamego, tentaram alcançar o lugar máximo no podium da modalidade, terminando o torneio deste ano com grande emoção competitiva e dúvida no resultado até ao final.

Deu a conhecer também a este executivo que, rumo a uma maior dinâmica e implementação da modalidade da Natação em Lamego, as Piscinas Cobertas Municipais de Lamego receberam no passado sábado dia 12 de maio de 2012, uma etapa do Circuito Municipal de Natação.

Durante toda a tarde, cerca de 250 atletas em representação de 20 Concelhos do distrito de Viseu, deram o seu máximo para que fossem alcançados os melhores resultados, quer a nível individual, quer coletivo, continuando assim o somatório de pontos que lhes permite obter a melhor classificação possível no final de todas as etapas do circuito.

Informou ainda que, a escola municipal ocupa já o 16º lugar da classificação geral, sendo que os seus atletas participam pela 1ª vez neste tipo de competições de forma regular, constituindo esta participação mais um passo para que os jovens nadadores lamecenses tomem o gosto pela competição e a breve prazo consigam mais qualidade, para que muitos outros a eles se possam juntar.

Ainda decorreu em Lamego, a 3ª prova a contar para a 9ª Taça de Portugal de Corrida em Montanha, que foi em simultâneo a 1ª Corrida Cidade de Lamego e que aproveitando as excelentes condições para a prática da modalidade, a Mata dos Remédios recebeu alguns dos melhores atletas do país, repartidos por três escalões - juniores, seniores e veteranos, que percorreram trilhos de grande beleza paisagística do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios.

Esta prova também foi um momento em que se procurou promover os produtos regionais oferecidos por diversas empresas (Murganheira, Casa Marinel, artesanato do senhor Fandino, Sé Gourmet e Frutas Douro Sul) que apoiaram esta corrida.

Presidente

Secretário

A senhora Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira informou o executivo que foi constituída uma equipa formada por uma técnica de Ação Social da Câmara Municipal, um agente de segurança da PSP de Lamego e dois alunos voluntários da Escola Superior de Tecnologia e Gestão que já começou a percorrer várias ruas da freguesia de Almacave com o objetivo de concluir um levantamento sociodemográfico da população com 65 anos ou idade superior a 65 anos. Esta ação exigiu um trabalho de preparação com várias reuniões entre a Câmara Municipal e os parceiros do projeto, tendo sido elaborado um comunicado que foi lido pelos Párocos nas missas semanais e publicado nos jornais locais.

Informou ainda que, após ter tido conhecimento da saída da Assistente Social do ACES Douro Sul que fazia os relatórios sociais de encaminhamento dos doentes da Rede de Cuidados Continuados de Lamego para a Equipa Coordenadora Local, comunicou com o Porto para mostrar a disponibilidade da Câmara Municipal ceder uma das suas Técnicas da Ação Social para elaborar os referidos relatórios. Esta proposta da Câmara Municipal foi aceite estando já a Técnica Ana Teresa Botelho a elaborar os relatórios que desbloquearam a situação de impasse a que se chegou. As técnicas de Ação Social da Câmara Municipal estão também a trabalhar em parceria com a Unidade de Saúde Familiar respondendo aos pedidos de apoio aos idosos feitos por aquela Instituição.

O senhor Presidente da Câmara afirmou que o Município de Lamego não tem competências para atuar na área social ligada aos Centros de Saúde ou Unidades de Saúde Familiar, sendo que as técnicas do Município podiam apoiar muito mais se o Governo transferisse competências para a Câmara Municipal, pois teriam meios de apoio se houvesse acordo entre o Estado e a Administração Central.

ASSOCIAÇÕES (COD. 08)

Presente à reunião um e-mail, datado de 10 de maio de 2012, que vem acompanhado de um estudo de opinião, levado a cabo pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, contratando para o efeito a Eurosondagem, S.A., em que foram colocadas algumas questões ligadas ao trabalho desenvolvido pelo poder local e pelos eleitos locais, tendo em vista a perceção do grau de satisfação dos cidadãos relativamente à atividade prosseguida pelos Municípios.

Presidente

Secretário

Neste sentido remetem o referido estudo de opinião para que a Câmara Municipal de Lamego proceda à sua divulgação pelos meios de comunicação social de cariz regional e local.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ASSOCIAÇÕES (COD. 08)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo da análise política da situação do poder local em Portugal através da Resolução do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, na qual destaca o papel das autarquias locais do Município, que sem o investimento das Autarquias Locais, as populações da maior parte do território nacional não beneficiariam de qualquer investimento público.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

PROJETO PLAST&CINE (COD. 20)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo do teor do e-mail emanado da Edições Cão Menor, Unipessoal, Lda., informando do projeto Plast&Cine que este ano tem por objetivo viajar pela memória dos artistas plásticos mais relevantes para o exercício da partilha, sendo este ano homenageado o artista Roberto Chichorro.

Este projeto nasce e desenrola-se no seio de uma parceria entre a Editorial Novembro – Edições Cão Menor, Unipessoal, Lda., o Município de Lamego e a Douro Alliance tendo como polo central a cidade de Lamego.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

AQUISIÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO, UMA COM 747,77 M2 PARA ALARGAMENTO DA AV. EGAS MONIZ E OUTRA COM 865,00 M2 PARA ALARGAMENTO DA ESTRADA DO PEDREGAL (COD. 47)

PROPRIETÁRIOS: HERDEIROS DE FRANCISCO RODRIGUES TEIXEIRA

O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso de competências delegadas e nos termos do n.º 3 do artigo 65º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deu conhecimento ao executivo da aquisição de duas parcelas de terreno, uma com 747,77 m2 e outra com 865,00

Presidente

Secretário

m2, pelo valor total de 77.586,66 € (setenta e sete mil, quinhentos e oitenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos), a seguir discriminadas:

1- aquisição de uma parcela de terreno com 747,77 m2, que confronta de Norte com a Estrada Nacional, de Nascente com os possuidores, de Sul com Caminho Público, e de Poente com a Estrada Nacional, necessária para a construção da rotunda da Av. Egas Moniz a desanexar dos prédios a seguir discriminados:

Artigo	Descrição	Área	Avaliação
170-D	200,96 m2	12.566,03 €
171-D	233,63 m2	14.608,88 €
22-D	00364/30109	<u>313.18m2</u>	<u>19.583.15 €</u>
	Total.....	747,77 m2	46.758,06 €

2- aquisição de uma parcela de terreno, com a área total de 865 m2, propriedade de Herdeiros de Francisco Rodrigues Teixeira, para alargamento da EM que liga a EN 226 a Alvelos, por via de direito privado.

Parcela	Artigo	Descrição	Área	Avaliação
9	170-D	125 m2	4 455,00 €
10	171-D	50 m2	1 782,00 €
11	22-D	00364/301090	<u>690 m2</u>	<u>24.591,60 €</u>
		Total.....	865,00m2	30.828,60 €

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

A propósito deste assunto, o senhor Presidente da Câmara lembrou que, aquando da construção das infraestruturas urbanísticas básicas (água, saneamento, águas fluviais e um novo arruamento), realizadas no designado acesso secundário ao novo Hospital de Proximidade de Lamego, o Ministério da Saúde comprometeu-se a financiar, a título de ressarcimento pelas verbas envolvidas, estas obras, que custaram ao Município cerca de 1.600.000,00€, tendo sido formalizado através da assinatura de um acordo de colaboração, com um apoio financeiro de 473.858,00 €, faltando ainda pagar, nesta data, à Câmara Municipal de Lamego, o montante de 468.313,86 €.

AQUISIÇÃO DE UM EDIFÍCIO, SITO NO CASTELO (COD. 47)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, no seguimento da delegação de competências de 3/11/2009, e nos termos do n.º 3 do artigo 65º da Lei n.º 169/99,

Presidente

Secretário

de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deu conhecimento ao executivo da aquisição de um prédio urbano a seguir descrito, para demolição e ampliação da zona envolvente ao Castelo:

-O prédio encontra-se inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 293, da freguesia de Almacave, situa-se na Rua dos Moreirais, com uma área coberta de 38,00 m², e descrito sob o n.º 01259/19960422, a favor de *Glória do Carmo Fernandes Graça*, pelo valor de 20.000,00 € (Vinte mil euros).

O encargo resultante desta aquisição será satisfeito pela seguinte dotação do orçamento em vigor, prevista no Orçamento e Grandes Opções do Plano através do projeto 2007 I 145, no qual tem cabimento na classificação económica 07010203, cabimento n.º 699/2012.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA APROVADOS (COD 42)

O senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo dos projetos de arquitetura aprovados de obras particulares, no mês de abril de 2012.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

OBRAS PARTICULARES (COD 42)

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo do mapa resumo da atividade desenvolvida na Divisão de Urbanismo e Desenvolvimento Económico, durante o mês de abril de 2012.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 11 de abril de 2012, cuja dotação orçamental é de 133.529,86 € e dotação não orçamental é de 130.107,31 €.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

Presidente

Secretário

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02 DE MAIO DE 2012 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião ordinária da Câmara do dia 2 de maio de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

02-ASSUNTO: RESTITUIÇÃO DE VALOR PELA COBRANÇA INDEVIDA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: DEOLINDA DE OLIVEIRA PINTO MAGALHÃES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 216/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos que vem acompanhada da informação n.º 303/DMSU, de 30 de abril de 2012, informando que a senhora Deolinda de Oliveira Pinto Magalhães requereu a restituição do crédito de 59 m3 de consumo de água proveniente de faturação estimada, uma vez que rescindiu o respetivo contrato de água por falecimento do proprietário.

Assim, propõe à Câmara Municipal a restituição de 39,06€, à senhora Deolinda de Oliveira Pinto Magalhães, correspondente às tarifas variáveis pagas pelo consumidor, provenientes de estimativas de consumo.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Jorge Guedes Osório Augusto.

03-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: MANUEL RIBEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 217/17/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos que vem acompanhada da informação n.º 304/DMSU, de 3 de maio de 2012, a qual participa um desvio de água da rede pública de abastecimento através de uma mangueira instalada no ramal de introdução individual, numa habitação sita no Lugar de Sucres, Rua do Comércio, n.º2, freguesia de Penude, cuja instalação predial não tem contador .

Presidente

Secretário

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação contra Manuel Ribeiro.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Jorge Guedes Osório Augusto.

04-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: MARIA DE FÁTIMA CONCEIÇÃO FERREIRA MONTEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 218/17/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos que vem acompanhada da informação n.º 302/DMSU, de 27 de abril de 2012, a qual participa um desvio de água da rede pública de abastecimento através de uma derivação em T, numa habitação sita no Lugar dos Barreiros, freguesia de Sande.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação contra Maria de Fátima Conceição Ferreira Monteiro.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Jorge Guedes Osório Augusto.

05-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: SOCIEDADE AGRÍCOLA DO VERMELHINHO, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 222/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo, que vem acompanhada da informação n.º 237/DAQV, datado de 25 de maio de 2011, informando que o senhor João dos Santos Oliveira entregou um requerimento, alusivo ao facto de a sociedade Agrícola do Vermelhinho, Lda., proprietária de um prédio misto, composto de parte rustica de vinha, cultura arvense de sequeiro e mata, e parte urbana de casa destinada a habitação de andar e loja, denominado Quinta do Vale, situado no Lugar do Alcouce, freguesia de Várzea de Abrunhais, que se encontra coberto de matos e silvas em toda a sua extensão, que envolvem também a casa igualmente em muito mau estado de conservação.

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no artigo 15º, n.º 2, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º, do mesmo diploma

Presidente

Secretário

legal, eventualmente praticados pela Sociedade Agrícola do Vermelhinho, Lda., com sede no Lugar do Alcouce, freguesia de Várzea de Abrunhais

Assim, propõe à Câmara que delibere a instauração do processo de contraordenação à Sociedade Agrícola do Vermelhinho, Lda.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Jorge Guedes Osório Augusto.

06-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DEVIDO A DANOS NA VIATURA (COD 17)

REQUERENTE: ANTÓNIO JOAQUIM CARDOSO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 219/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 162/DFP, 4 de abril, dando conhecimento da pretensão do senhor António Joaquim Cardoso, de ser ressarcido de 114,60 €, que corresponde ao valor dos danos que foram imputados ao seu veículo, que no dia 19 de janeiro de 2012, pelas 17:00h, quando circulava na EN 226, em frente à “Frucer”, no sentido Régua-Lamego, embateu num buraco do pavimento, tendo rebentado o pneu e empanado a jante.

As circunstâncias relatadas pelo requerente, no que diz respeito ao mau estado do piso, suscetíveis, portanto, de causar os danos a que se refere, são confirmadas pela DMSU.

O sinistro não foi participado à seguradora, uma vez que o valor reclamado é inferior à franquia contratual da nossa apólice de responsabilidade civil, pelo que a haver lugar a indemnização, terá que ser o Município a prestá-la.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a apreciação e deliberação da pretensão do requerente.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente, por não existir uma participação das autoridades policiais, elucidativa da causa material do sinistro e dimensão dos danos envolvidos.

Ausente o senhor Vereador Jorge Guedes Osório Augusto.

07-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DEVIDO A DANOS NA VIATURA (COD 17)

REQUERENTE: NUNO ANDRÉ MIRANDA ROSENDE VENÂNCIO

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 221/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 172/DFP, 11 de abril, dando conhecimento da pretensão do senhor Nuno André Miranda Rosende Venâncio, de ser ressarcido de 137,00 €, que corresponde ao valor dos danos que foram imputados ao seu veículo, que foi alvo de um sinistro, no dia 1 de dezembro de 2009, quando circulava na Rua Sobral Cid, que ao passar por uma tampa de saneamento que estava solta, perfurou os dois pneus do lado direito, e danificou a ponteira da direção e as jantes especiais.

Esta situação foi participada à companhia de seguros no dia 25 de janeiro de 2010, através do ofício n.º 1100, a qual declinou o pagamento da indemnização, alegando que o lesado não forneceu os elementos solicitados pela seguradora. O lesado foi então notificado da decisão de encerrar o processo baseado nesse pressuposto. Quando recebeu a notificação deslocou-se a este serviço para contestar esta decisão, uma vez que nunca recebeu nenhuma comunicação da seguradora a solicitar quaisquer elementos. Por sua vez, a seguradora confrontada com esta reclamação limitou-se a dizer que o processo já estava encerrado. Vem agora o lesado manifestar a sua insatisfação, e pedir novamente a apreciação do assunto. Face ao exposto propõe à Câmara Municipal a apreciação e deliberação da pretensão do requerente.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente, por não existir uma participação das autoridades policiais, elucidativa da causa material do sinistro e dimensão dos danos envolvidos.

Ausente o senhor Vereador Jorge Guedes Osório Augusto.

08-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR INFILTRAÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS CANALIZAÇÕES DA HABITAÇÃO (COD 17)

REQUERENTE: HENRIQUE DOS SANTOS MONTEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 220/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 165/DFP, dando conhecimento da pretensão do senhor Henrique dos Santos Monteiro, de ser ressarcido de 88.100,00 € (oitenta e oito mil e cem euros), que corresponde ao valor dos danos que foram imputados à sua propriedade, sita na Rua dos Carvalhos, onde no dia 19 de janeiro de 2010 ocorreu um entupimento que

Presidente

Secretário

determinou a infiltração de águas residuais nas canalizações da habitação e o vazamento das caixas intercalares do sistema da conduta do saneamento público. Desta situação resultaram vários malefícios, designadamente, a derrocada de um muro, numa extensão de 20 metros de comprimento por 2 de altura; obstrução da área agrícola atingida pelo entulho e pedras do muro destruído; contaminação e destruição de toda a produção hortícola biológica de inverno; perda da produção frutícola e vinícola dos próximos dois anos, devido a contaminação química e bacteriológica dos terrenos; perda de produção animal designadamente, 36 galinhas, 18 perus, 23 patos e 6 gansos; assistência médico-medicamentosa do lesado e dois familiares devido a problemas de pele e alergias provocadas pela afluência do esgoto às instalações sanitárias da casa e pelas picadas da praga de insetos que invadiram o local após o sinistro; danos não patrimoniais resultantes dos efeitos psicológicos negativos, nomeadamente tristeza, vergonha e exposição pública.

Este facto foi participado ao Município, mediante requerimento datado de 5 de fevereiro, mas foi reencaminhado para o serviço de património somente a 11 de Maio.

Aos doze dias do mês de maio de 2010, foi elaborada e enviada a participação no modelo tipificado à Companhia de Seguros, a qual acompanhou o ofício n.º 5939.

A 2 de junho deu entrada um e-mail a solicitar o contacto telefónico do lesado, fotos da ocorrência, relatórios existentes e discriminação das soluções adotadas para a regularização da situação. Na medida do possível, facultaram-se os elementos solicitados, sendo que nenhuma fotografia ou relatório foi enviado, por não existir. Só a 7 de fevereiro de 2011, e depois de termos por diversas vezes, por telefone, interpelado a seguradora, recebemos a comunicação que o processo tinha sido encerrado, porque o lesado, aquando da averiguação, informou o gabinete de peritagens que ia apresentar uma reclamação à companhia de seguros, através do seu advogado, o que não viria a acontecer.

A 9 de março de 2011, solicitaram-se novamente informações sobre o andamento do processo, uma vez que o lesado se dirigiu a este serviço, negando o facto de se ter comprometido a apresentar qualquer reclamação à companhia de seguros, pois já a tinha dirigido ao município e insistindo que esse não era argumento para encerrar o processo. A este pedido, bem como ao que endereçou a 4 de agosto de 2011, não se obteve qualquer resposta.

Presidente

Secretário

O lesado apresenta nova reclamação a 6 de abril de 2011, tendo sido informado da posição da companhia de seguros, que tinha definitivamente encerrado o processo. Não conformado com esta posição, vem novamente a 27 de fevereiro de 2012 expor o seu caso, apresentando a avaliação dos danos emergentes do entupimento e rotura do saneamento ocorrido na área da sua propriedade, que se cifram em € 88.100,00 (oitenta e oito mil e cem euros), dos quais espera ser ressarcido. Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a apreciação e deliberação da pretensão do requerente.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente, atendendo à inexistência de requisitos da imparcialidade civil extracontratual do Município, não se mostrando minimamente relacionados os alegados danos com os factos denunciados.

Ausente o senhor Vereador Jorge Guedes Osório Augusto.

09-ASSUNTO: 29º GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO DE LAMEGO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 223/20/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que seja ratificado o seu despacho, datado de 24 de abril de 2012, no qual autorizou a realização do 29º Grande Prémio de Atletismo de Lamego – Avões e Caminhada da Liberdade, organizado pela Associação Desportiva de Avões, no dia 25 de abril de 2012.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Jorge Guedes Osório Augusto.

10-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA DÍVIDA DA RENDA DA HABITAÇÃO (COD 31)

REQUERENTE: RAUL FEVEREIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 224/31/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, a qual refere que o senhor Raul Fevereiro, morador na Quinta de Sto. António, lote 33, bloco A - 2ª-frente, possui rendas de habitação em atraso no valor de 534,40 € (quinhentos e trinta e quatro euros e quarenta cêntimos), o que, de acordo com a legislação em vigor, lhe confere o direito de proceder ao pagamento em prestações, desde que estas não excedam em caso algum o n.º de 36 e o valor de qualquer uma delas não seja inferior a uma unidade

Presidente

Secretário

de conta, que este ano se cifra na quantia de 102,00 €. No entanto, e em casos de notória e comprovada debilidade económica, como é o caso desta família, o que se pode facilmente aferir atentando aos documentos comprovativos dos rendimentos, poderá esta Câmara Municipal, extraordinariamente, deferir o pagamento em onze prestações, dez no valor de 48,58 € e uma no valor de 48,60 €.

O requerente solicitou, ainda, que lhe fosse perdoado metade do valor dos juros, que equivale neste caso a 83,50€ (oitenta e três euros e cinquenta cêntimos).

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que seja analisado e deliberado o pedido do requerente.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente, autorizando o pagamento da dívida da renda da habitação em onze prestações, bem como isentá-lo do pagamento de metade dos juros correspondentes à referida dívida.

Ausente o senhor Vereador Jorge Guedes Osório Augusto.

11-ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO Nº. 4/06 - HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA (COD 39)

REQUERENTE: ISABEL MARIA CARVALHO DE ANDRADE COSTA

LOCAL DA OBRA: LARGO DO CASAL – S. MARTINHO DE SOUTO - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 225/39/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para que nos termos do artigo 87º. Do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de dezembro, seja homologado o auto de vistoria n.º 9, de 10 de abril de 2012, para receção definitiva das obras de urbanização do loteamento com o alvará nº. 4/06, reduzindo-se o valor da caução para 6.363,40 €.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Jorge Guedes Osório Augusto.

12-ASSUNTO: EDIFÍCIO EM RUÍNA - HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA (COD 42)

PROPRIETÁRIOS: MARIA CELINA R. D. RIBEIRO, BALBINAR. D. CARVALHO, ARLINDA M. A. R. AREAIS, NUNO GONÇALO A. RUA, SUSANA A R. RUA, MARIA FERNANDA R. D. OLIVEIRA, HERMÍNIA R. D. RIBEIRO

LOCAL DA OBRA: MAGUEIJA GRANDE - MAGUEIJA

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 226/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para que nos termos do artigo 87º. Do Decreto-Lei n.º. 555/99, de 16 de dezembro, seja homologado o auto de vistoria n.º 10, de 11 de abril de 2012, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo V – conclusão, do citado auto de vistoria.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Jorge Guedes Osório Augusto.

O senhor Vereador Jorge Guedes Osório Augusto regressou à reunião a partir deste ponto.

13-ASSUNTO: DERROCADA DE UM MURO - HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA (COD 42)

REQUERENTE: MARIA HENRIQUETA GUEDES S. V. P. GOUVEIA

PROPRIETÁRIO: HENRIQUE MARIA COUTINHO

LOCAL DA OBRA: LARGO DO CABOUÇO – CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 227/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para que nos termos do artigo 87º. Do Decreto-Lei n.º. 555/99, de 16 de dezembro, seja homologado o auto de vistoria n.º 11, de 11 de abril de 2012, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo VII – conclusão, do citado auto de vistoria.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

14-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: MARIA HELENA VAZ DE CARVALHO

LOCAL: LUGAR DA PIA – LAZARIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 228/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que refere que, de acordo com a informação n.º 1288/DUDE, de 17.04.2012, e dado que o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a notificação, o ato de licenciamento caduca nos termos do n.º 2 do artigo 71º. Do Decreto-Lei n.º. 555/99, de 16 de dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia ao interessado, pelo que propõe à Câmara que delibere que se proceda à audiência prévia, nos termos do n.º.5 do citado artigo.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

15-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE UM CONJUNTO DE EDIFÍCIOS PARA HOTEL RURAL (COD 42)

REQUERENTE: PACHECA HOTEL, EVENTS & GOURMET, LDA.

LOCAL DA OBRA: QUINTA DA PACHECA - CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 229/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 1384/DUDE, de 24.04.2012 e do parecer do Chefe da DUDE, datado de 24/04/2012, propondo à Câmara que reconheça o interesse na conclusão da obra referenciada em epígrafe, e nos termos do definido no n.º 3, do artigo 88º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, seja concedida uma licença especial para a sua conclusão, atendendo que não se mostra aconselhável a demolição da obra, por razões ambientais, urbanísticas, técnicas e económicas.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

16-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR (COD 42)

REQUERENTE: LUCIO FERNANDES

LOCAL: QUINTA DOS CIPRESTES – ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 230/42/12 do senhor Vice-Presidente, a qual refere que, em 6 de junho de 2011, deu entrada nesta Câmara um processo em nome de Lúcio Fernandes para construção de uma habitação multifamiliar e comércio no prédio sito na Quinta dos Ciprestes, freguesia de Almacave.

De acordo com o teor da informação n.º 1360 de 20/04/2012 e com o parecer do chefe da DUDE de 23/04/2012, foi solicitada à senhora Chefe da DOM informação acerca da eventual interferência do edifício em título com o troço da CEL previsto no local. Em 02/04/2012 a senhora Chefe da DOM informa que *“Não há ainda definição do troço da CEL para o local.”*

Nos termos da planta de zonamento do plano de urbanização de Lamego (PUL), a operação interfere – em parte – com o troço daquela estrutura viária, e, *“O traçado em planta das vias propostas pelo Plano tem um carácter indicativo, podendo a sua diretriz ser ajustada em função do projeto de execução ou por razões cadastrais,*

Presidente

Secretário

desde que sejam garantidas as ligações urbanas preconizadas e tal não implique alterações à qualificação do solo estabelecida” (cfr. n.º 6 do art.52º).

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere se avança com a análise da operação urbanística em função das disposições constantes no PUL, ou se aguarda pela definição mais concreta e definitiva do troço da CEL para o local, após o qual se analisará a pretensão.

Deliberado: Retirado da ordem de trabalhos.

17-ASSUNTO: PROPOSTA DE PAGAMENTO DA SEGUNDA PRESTAÇÃO DO PLANO REFERENCIADO NO “CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PDM” E PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO DOCUMENTO REFERENTE À “ANÁLISE DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO” **(COD 68)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 231/48/12 do senhor Vice-Presidente, que vem acompanhada do documento “análise dos fatores críticos para a decisão”, que aqui se dá por integralmente reproduzido e dela faz parte integrante, propondo à Câmara Municipal a aprovação do referido documento, após o que deve ser efetuado o pagamento à UTAD da fatura nº. 2011FT100595, de 30.12.2011, no valor de 9.225,00€.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

18-ASSUNTO: MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAMEGO E A ASSOCIAÇÃO INFANTÁRIO E JARDIM INFANTIL “O PINTINHAS” **(COD 47)**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 232/47/12 do senhor Vice-Presidente, que refere que na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 20 de setembro de 2011, foi proposto e aprovada a celebração de um contrato de comodato, a celebrar com a Associação Infântário e Jardim Infantil “O Pintinhas”, da fração que veio à posse do Município de Lamego, por permuta com a Cruz Vermelha Portuguesa.

Assim, propõe à Câmara Municipal que seja analisada e apreciada a minuta do contrato de comodato.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretário

APOS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

19-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO “VI PASSEIO DE AUTOMOVEIS CLÁSSICOS E ANTIGOS” (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 223/20/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que seja autorizada a realização do “VI passeio de automóveis clássicos e antigos”, organizado pelo Clube Automóvel de Lamego, no dia 27 de maio de 2012, e ainda que seja autorizado o estacionamento na Av. Dr. Alfredo de Sousa, entre as 08.00h e as 10.00h, no dia 27 de maio de 2012.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

20-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (COD 51)

REQUERENTE: PAULO ALEXANDRE PEREIRA TEIXEIRA, GERENTE DO BAR OLD ROCK CAFFE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 234/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, a qual surge no seguimento do pedido do senhor Paulo Alexandre Pereira Teixeira, Gerente do Bar Old Rock Caffé, propondo que seja ratificado o seu despacho, datado de 11 de maio de 2012, no qual autorizou o prolongamento de funcionamento de horário das 02H00 da manhã para as 04H00, nos dias 12 e 13 maio de 2012. Mais propõe que seja autorizado o mesmo horário, para os dias 19, 20, 26 e 27 de maio de 2012, 2, 3, 9, 10, 16, 17, 23, 24 e 30 de junho de 2012 e 1 de julho de 2012, de acordo com o n.º 3.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento de Venda ao Público e de Prestação de Serviços em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

Presidente

Secretário

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

21-ASSUNTO: CRIAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO DE “LOCAIS FIXOS PARA A VENDA AMBULANTE”, NO MUNICÍPIO DE LAMEGO (**COD 51**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 235/51/12 do senhor Vereador do Desenvolvimento Económico, a qual surge no seguimento da deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 2 de maio de 2012, referente à proposta de deliberação n.º 215/51/2012, através da qual o Executivo manifestou a intenção de criar, provisoriamente, alguns espaços destinados a “venda ambulante em locais fixos”, designadamente no espaço lateral do acesso/arruamento ao novo Hospital de Lamego e/ou no estacionamento do parque designado por Senhora da Boa Passagem, venho expor à Câmara Municipal o seguinte:

Como já referido na proposta aqui mencionada, a Câmara não pode autorizar a criação de locais fixos de venda ambulante, desde que possua lugares disponíveis no respetivo mercado municipal, para a venda desses mesmos produtos.

Acontece que, face à desistência de alguns lugares de venda no mercado municipal, foi decidido reequacionar o modelo funcional daquele espaço, de forma a torná-lo mais competitivo e atrativo, tentando captar um maior número de produtores locais, ajudando assim ao desenvolvimento da nossa economia agrícola.

Está pois, por este motivo, temporariamente suspensa a disponibilidade destes lugares, para a utilização como lugares de venda, para a qual terá de ser aberto o respetivo procedimento, através de hasta pública, processo que levará algum tempo.

Assim, por esse motivo e de acordo com o Regulamento da Venda Ambulante em vigor no Município, bem como de acordo com o artº 17º, números 1 e 2, pode a Câmara Municipal fixar lugares ou zonas, para a venda ambulante.

Pelo exposto, e de acordo com as alíneas c) e d) do artº 16º do Decreto-Lei nº 122/79, de 8 de maio, e respetivas alterações, bem como previsto no Regulamento Municipal de Venda Ambulante, **propõe** à Câmara Municipal:

Presidente

Secretário

1. A criação, a título precário e pelo período de 120 dias, de 6 lugares destinados a “Locais Fixos para Venda Ambulante”, a distribuir pelas zonas constantes da Proposta aprovada e de acordo com os pormenores técnicos definidos pelos Serviços de Trânsito da DMSU, a quem caberá delimitar os locais a aprovar ;
2. Que somente seja autorizada a utilização desses locais aos vendedores que estejam devidamente licenciados para o efeito, sendo somente permitida a utilização de um espaço por cada vendedor;
3. Que no caso da utilização de veículos motorizados, roulottes, reboques ou outros meios, estes só serão permitidos, caso estejam devidamente licenciados para o efeito;
4. A ocupação destes lugares fica sujeita ao pagamento das taxas regulamentares, em vigor no Município de Lamego;
5. Os vendedores destes locais “Locais fixos para Venda Ambulante”, ficam sujeitos a todos os deveres constantes da legislação em vigor, incluindo o horário de funcionamento.

Deliberado: Aprovado por unanimidade, nos termos propostos.

22-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO NO PARQUE DE VENDA AMBULANTE (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 236/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual surge no seguimento da deliberação nº 215/51/2012, presente à reunião realizada no dia 2 de maio de 2012, onde foi manifestada a intenção de criar provisoriamente 2 espaços para a venda ambulante e de acordo com a proposta do senhor Vereador do Desenvolvimento Económico, propõe ao executivo a aprovação de 2 espaços com 3 lugares, devidamente sinalizados com dois sinais verticais H1a (estacionamento autorizado), acompanhados com um painel adicional “venda ambulante” e dois sinais H40 (Fim de estacionamento autorizado), um no início do arruamento de acesso ao Centro Diocesano de Promoção Social de Lamego e outro no parque de estacionamento do edifício do Sr. da Boa Passagem, junto ao nicho do Sr. da Boa Passagem.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretário

23-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAMEGO E A AE.HTDOURO – ASSOCIAÇÃO DE EMPRESÁRIOS (COD 52-A)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 237/52-A/12 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Lamego e a AE. HTDOURO – Associação de Empresários, que tem como objeto a representação, defesa e promoção das empresas suas associadas e do setor empresarial do concelho em geral, desenvolvendo atividades que representam os interesses do seu desenvolvimento económico;

Preconiza, ainda, a organização de feiras, exposições, congressos e eventos em geral, informação e apoio técnico, promoção de negócios e investimentos, incluindo a realização de missões empresariais, ensino e formação profissional, ensino superior e de pós-graduação em ciências empresariais e divulgação da ciência e tecnologia;

Tem, ainda, como objeto celebrar contratos e parcerias de participação com outras associações, entidades e organismos, nomeadamente transfronteiriças, desde que daí resulte benefício para os seus associados, sirva para defender os seus interesses, da economia local, da região e seu desenvolvimento;

Finalmente, propor, promover ou executar os estudos de pesquisa e técnica de interesse para o setor e região.

Assim, propõe à Câmara Municipal a aprovação da minuta do protocolo de colaboração referenciado em epígrafe.

Deliberado: Aprovado por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, que se abstém tendo em conta a informação técnica da Divisão Financeira.

24-ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DO EIXO BARROCO (COD 41)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 237/41/12 do senhor Presidente da Câmara, para que seja aprovado o novo mapa de quantidades/medições da empreitada em apreço, mapa esse efetuado após revisão dos erros e omissões apresentados durante a fase do concurso para esse efeito, e respondidos pelos projetistas, conforme informação n.º 215/DOM, de 15 de maio de 2012.

Presidente

Secretário

Mantém-se o preço pelo qual o Município se propunha executar a obra, ou seja 2.847.009,06 €, acrescido do IVA à taxa em vigor.

Mais propõe que seja aprovada a prorrogação do prazo para apresentação das propostas, prazo esse que corresponde a 52 dias, conforme o n.º 1 do artigo 64 do CCP.

Deliberado: Aprovado por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, com fundamento na declaração de voto exarada no ponto n.º 11 da reunião da Câmara Municipal, realizada no dia 20 de março de 2012.

25-ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DO CAIS DE BAGAUSTE E ADAPTAÇÃO PARA DESPORTOS NÃO MOTORIZADOS – PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO (COD 41)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 238/41/12 do senhor Presidente da Câmara para que seja ratificado o seu despacho, datado de 8 de maio de 2012, no qual aprovou o novo programa de trabalhos e cronograma financeiro tal como proposto na informação n.º 151/DOM, de 10 de abril de 2012, não havendo alteração da data prevista, inicialmente, para a conclusão da empreitada.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

O senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro fez a seguinte declaração de voto: “Voto a favor desta proposta no pressuposto, omissa na informação técnica, de que não há alteração ao esforço financeiro do Município, da mesma forma e nos termos do que está declarado nessa informação, onde se garante não haver alteração à data prevista para conclusão da empreitada.”

26-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

27-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

Presidente

Secretário

O Presidente,

A Secretária